

Capítulo 2

Os batalhões patrióticos e a defesa dos interesses corporativos: o primeiro momento de oposição

Todos os cidadãos que obtiveram cargos públicos pelos ingentes serviços prestados à custa de todos os sacrifícios [que] prestaram à Pátria, apoiando o grande Marechal que no momento histórico que atravessava-se encarnava o ideal republicano sentem essa espada de Damocles suspensa sobre suas cabeças e pezarosamente raciocinam que, apesar das bellas promessas feitas pelo Sr. Dr. Prudente de Moraes, os vencedores de 13 de março são os vencidos de 15 de novembro.⁷⁶

*Os batalhões Silva Telles e Frei Caneca, que vieram há pouco de uma longa e penosa campanha contra os maragatos, foram, pouco depois de aqui chegarem, atirados à rua, como o 2º da guarda nacional, sem que ao menos fossem pagos os vencimentos justos. [...].
E' isto prudente? E' isto moral?⁷⁷*

A 15 de novembro de 1894, no manifesto de posse, o novo presidente da República brasileira, Prudente José de Moraes de Barros, traçou um breve panorama da conjuntura política vigente e definiu as linhas mestras a serem seguidas pelo seu governo, tendo em vista corresponder à prova de confiança de seus concidadãos, que teria sido “manifestada de modo inequívoco no pleito eleitoral mais notável da vida nacional”. Através deste documento o primeiro presidente sufragado em eleição direta criticou a revolta da Armada, que “arvorou o estandarte da restauração monárquica”; afirmou que a “victoria da República foi decisiva para provar a estabilidade das novas instituições, que tiveram para defendel-as a coragem, a pertinácia e a dedicação do benemérito chefe de Estado”, auxiliado para a consecução desta conquista por várias forças, como o “concurso entusiasta da mocidade das escolas” e dos “batalhões patrióticos” e, por fim, asseverou que o seu governo esforçar-se-ia para a realização da “ardente aspiração nacional”: a República como “um regimen de paz e de ordem, de liberdade e de progresso, sob o império da justiça e da lei”.⁷⁸

⁷⁶ ‘Degolação’, *A Bomba*, 30/11/1894, n. 24, capa.

⁷⁷ ‘Factos da Epoque’, *O Nacional*, 03/04/1895, n. 56, capa.

⁷⁸ Manifesto ‘À Nação Brasileira’, *apud Gazeta de Noticias*, 16/11/1894, capa.

No discurso proferido diante da alta oficialidade do Exército, em cerimônia de cumprimentos no dia 17 de novembro de 1894, Prudente de Moraes reiterou alguns dos itens destacados em seu manifesto de posse e salientou outros que se referiam ao apoio das “classes” militares à autoridade constituída. O primeiro presidente civil afirmou que o domínio do militarismo no Brasil, ao contrário das manifestações de tirania e despotismo vislumbradas em outros países, “tem sido favorável á liberdade, á constituição e ás leis”. Declarou também que o seu governo não seria de reação e solicitou a completa adesão das corporações armadas para auxiliá-lo no novo posto. Ao fim, endossou os serviços prestados à Pátria pela energia e tenacidade do Marechal Floriano em razão de sua obra gigantesca como consolidador da República.⁷⁹

Entre os ‘Tiradentes’ e os sequazes de Martyr as palavras presidenciais foram interpretadas com conotações diversas, embora tenham passado a assumir a mesma função em seus discursos. Nas frases, orações e períodos em que os primeiros deduziam a promessa do presidente eleito de seguir o tracejo político legado pelo Marechal, a despeito de ter escolhido elementos supostamente reacionários para as altas posições administrativas, os segundos já viam delineados o “liberalismo sentimental do bacharelismo Brasileiro” e a “transação ignóbil” com os “elementos do golpe de Estado” e “suspeitos de monarchismo”.

Sobre as mesmas palavras, os primeiros teceram juízos crédulos e confiantes, ao passo que os segundos emitiram um parecer cético e desiludido. Não obstante, mesmo para estes últimos ainda haveria salvação para o novo presidente desde que a tempo, enquanto o seu governo apenas tomava ímpeto para a ação, seguisse os seus conselhos e não fizesse concessões aos “inimigos da República”.⁸⁰

‘Tiradentes’ e sectários de Martyr passaram a se reportar retoricamente às palavras emitidas por Prudente de Moraes ao disporem as suas opiniões e entendimentos sobre as resoluções do novo governante. Ao seu passado histórico, ao apoio concedido pelo Marechal Floriano à sua candidatura e ao sufrágio de seu nome pelo “povo”, estes publicistas acrescentaram esta quarta consideração, especialmente os ‘Tiradentes’, que haviam dimensionado explicitamente as três anteriores. A cada alegado ‘desvio’ de rota dos

⁷⁹ ‘O Sr. presidente da República e o exército’, *Gazeta de Noticias*, 18/11/1894, capa.

⁸⁰ *A Bomba*, 20/11/1894, n. 21, capa. ‘O novo governo’, *O Jacobino*, 21/11/1894, n. 19, capa; ‘Reflexões’, *ibid.*, 05/12/1894, n. 23, capa.

atos administrativos do presidente civil, as quatro apreciações feitas eram dispostas como justificativas de uma postura opositora que paulatinamente se construía. Entrementes, não era apenas o ocupante do mais alto cargo político da nação que lhes era objeto de críticas.

O Congresso Nacional prosseguiu como alvo de ataque dos jornalistas ‘jacobinos’, do mesmo modo que procederam com o Supremo Tribunal Federal e, deste momento em diante, também em relação ao Supremo Tribunal Militar. Nas suas críticas concernentes aos corpos do Poder Legislativo e do Judiciário, os ‘jacobinos’ permaneceram com a mesma postura repreensiva que começaram a esboçar ao final do governo de Floriano. Entretanto, em suas exposições textuais, ao criticarem as medidas e decisões destes dois poderes durante o novo exercício presidencial, enfatizavam que estas passavam a contar agora com o assentimento, quando não com o aplauso, do novo chefe de Estado.

Os entendimentos que formularam e manifestaram para as decisões do chefe do Executivo Federal, as medidas efetivadas pelos chefes dos ministérios, as resoluções do Supremo Tribunal Federal e do Supremo Tribunal Militar e, por fim, para os resultados das apresentações e votações de projetos e decretos pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados deflagraram a postura opositora dos ‘jacobinos’ ao novo governo.

As interpretações construídas por ‘Tiradentes’ e seguidores de Martyr, bem como os argumentos utilizados para justificá-las, eram informadas e conformadas, durante o primeiro semestre de vigência do novo governo, pelos *interesses corporativos* que os orientavam.

Tratavam-se estes agentes de indivíduos que se enobreciam por serem republicanos históricos, apresentando-se como os republicanos puros, sinceros e leais, em razão de não serem adesistas e tampouco suspeitos de monarquismo, como muitos dos que começavam a ser beneficiados, através da nomeação para altos cargos públicos e administrativos, pelo governo civil. Ainda que fossem republicanos desde os tempos monárquicos, a primeira possibilidade de ascensão econômica e social que obtiveram foi como integrantes voluntários dos batalhões patrióticos que lutaram ao lado da esquadra legal durante os dois principais movimentos revoltosos que ocorreram durante o governo do Marechal Floriano Peixoto: a revolução federalista, que ainda não havia sido plenamente sufocada ao se iniciar o governo de Prudente, e a revolta da Armada, sublevação contestatória à legalidade da presidência do sucessor de Deodoro, que fora vencida a 13 de

março de 1894, apesar da junção feita de muitos de seus integrantes e de um dos líderes, o Contra-almirante Saldanha da Gama, com os insurgentes federalistas.

Quando a revolta da Armada eclodiu, alguns destes agentes que passaram a ser apodados ou a se autodenominarem como ‘jacobinos’ já faziam parte de alguns dos batalhões patrióticos anteriormente existentes, como Deocleciano Martyr que já era tenente do Batalhão Tiradentes, ao passo que outros se alistaram no próprio dia 6 de setembro, como Annibal Mascarenhas que adentrou nas fileiras do mesmo batalhão, concorrendo ambos para a organização de outros corpos patrióticos, ao passo que outros voluntários foram preenchendo as fileiras destes corpos legalistas ao longo do desenrolar dos conflitos armados.

Desde a época do Governo Provisório, face ao temor de irrupção de movimentos reacionários à implantação do novo regime, foram criados batalhões patrióticos, que se proliferaram durante o governo de Floriano Peixoto, até mesmo em razão das atuações dos já existentes na defesa da sua “legalidade” no combate aos primeiros movimentos que contestaram a sua legitimidade constitucional, como o levante de janeiro de 1892 na fortaleza de Santa Cruz e a manifestação de rua de alegado cunho deodorista de 10 de abril. A partir de então, em virtude da intervenção federal na disputa entre líderes políticos locais pelo domínio do poder e exercício do governo do Rio Grande do Sul que desencadeou a revolução federalista e especialmente da eclosão da revolta da Armada, foram criados cada vez mais batalhões na Capital federal, ficando as tropas de alguns destes novos corpos alocadas provisoriamente nos quartéis dos mais antigos e até em escolas.

Entre os batalhões veteranos destacavam-se o Batalhão Acadêmico e o Batalhão Tiradentes, considerados como modelos para os recém-criados e, no caso do último, principalmente para os batalhões que originou. O primeiro, regulamentado por decreto de 04 de março de 1890, era o mais homogêneo e elitizado em sua composição, sendo integrado pelos alunos ou pelos jovens aptos a se matricularem nos institutos civis de ensino superior, entre os quais tiveram relevo os universitários da ‘Escola Polytechnica’. Já o Batalhão Tiradentes, cuja organização foi licenciada por aviso do Ministério da Guerra de 29 de dezembro de 1891, refletia a heterogeneidade social e a diversidade etária dos associados do Club Tiradentes, agremiação republicana à qual havia sido concedida a licença para a organização deste batalhão. Foi entre alguns dos integrantes mais jovens

deste batalhão, como esclarecido no capítulo anterior, que surgiu a idéia de criação do jornal *A Bomba*, intitulado *O Nacional* a partir de janeiro de 1895, constituindo-se numa espécie de órgão do Batalhão Tiradentes na imprensa até agosto de 1895, quando passou a propagandear as idéias e propostas do Partido Republicano Nacional, organização política criada por alguns destes redatores ‘Tiradentes’ e alguns membros de associações republicanas da cidade do Rio de Janeiro, em grande parte ex-integrantes deste batalhão, como Carlos Costa, presidente do Club Republicano Radical da Lagoa, que havia sido um dos fundadores do batalhão ‘Tiradentes’ e compositor de seu hino.

Embora variassem levemente as suas regulamentações, as licenças para a organização de um batalhão eram publicadas por aviso do ministro da Guerra, podendo conter ou não cláusula de excepcionalidade ainda que sempre se constituíssem em autorizações provisórias ou transitórias. Justamente o fato de não se constituírem em corporações armadas permanentes era a principal diferença em relação ao Exército, pois o seu regimento, organização interna, escalonamento de patentes, adoção dos respectivos distintivos, entre outros fatores, eram idênticos aos da força armada de terra. Por serem legalmente pertencentes ao Ministério da Guerra e consideradas forças auxiliares do Exército na defesa nacional, os seus comandos eram entregues a oficiais superiores da força de terra e as instruções militares, ou seja, a educação militar e os exercícios físicos, ministrados por oficiais também do Exército. No caso do Batalhão Tiradentes, inicialmente o seu comando coube ao Coronel Sampaio Ferraz, que se tornou célebre por seu exacerbado florianismo. Durante o recorte cronológico deste estudo, este batalhão era comandado pelo Coronel Alfredo Vicente Martins, outro conhecido florianista, emanante de ordens do dia estimuladoras dos sentimentos nacionalista e antimonárquico, participante de algumas das manifestações de rua e *meetings* nos quais os voluntários e ex-voluntários de variados batalhões tomaram o lugar de destaque e, por fim, astuto utilizador de variadas eventualidades – como as incursões francesa e inglesa ao território nacional em meados de 1895 e a agitação político-social causada pela questão dos ‘protocolos italianos’ no segundo semestre do ano seguinte – como estratégia para a abertura de alistamento no batalhão que comandava. Por outro lado, alguns dos instrutores que passaram pelo Batalhão Tiradentes eram alunos da Escola Militar, como Roberto Musso, o que possibilitou algumas trocas de idéias entre estes acadêmicos e os combatentes voluntários, especialmente

beneficiados por estes diálogos ocasionais, que se intensificaram, e no caso com um número bem maior de alunos militares, com as ocupações de trincheiras comuns e próximas no combate à revolta da Armada. Esta aproximação também ocorreu em relação aos alunos da ‘Escola Polytechnica’, tendo sido alguns destes contatos mantidos após o término das atividades beligerantes.

A composição social das tropas dos corpos de voluntários era bastante variada, excetuando-se os casos dos batalhões cujas comissões de alistamento somente aceitavam indivíduos pertencentes a uma determinada categoria social, como o Batalhão Acadêmico, já destacado, e o Batalhão Operário, se bem que o termo operário possuía uma significação bastante abrangente à época, abarcando os trabalhadores braçais como um todo, a exemplo dos tipógrafos. A maioria dos batalhões abrigava desde jornalistas e ex-redatores de publicações de pequena tiragem, membros de associações republicanas, ex-sócios de clubes republicanos e ex-membros de associações abolicionistas, pequenos empregados do setor ‘terciário’, funcionários públicos de baixo escalão, estudantes, jovens sem ocupação ou atividade fixa até os rapazes que até então não haviam exercido nenhuma atuação profissional ou atividade pública. Como se vê, a incorporação a um batalhão patriótico possibilitava a muitos o incremento do seu rendimento mensal, enquanto para alguns significava o único meio seguro de remuneração e para outros ainda constituía-se na fonte única de obtenção salarial.⁸¹

Desde a eclosão da revolta da Armada, aos batalhões formados e aquartelados na Capital aglutinaram-se os que haviam sido formados em São Paulo, como o Voluntários Paulistas e o Acadêmicos de São Paulo; os voluntários patriotas que vinham por conta própria de variados lugares do interior do Estado do Rio de Janeiro e até mesmo estrangeiros não nacionalizados, apesar da proibição de alistamento que incidia sobre estes.

⁸¹ As informações referentes à organização interna e à composição social dos batalhões patrióticos podem ser encontradas de modo difuso nos jornais da época. Quase todas as edições da *Gazeta de Notícias* do período de vigência da Revolta da Armada, de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, e dos meses subsequentes oferecem informações sobre estas milícias cívicas. Cf. as edições deste jornal de 20/09/1893, 15/01/1894, 12, 15 e 21/02/1894, 29/03/1894 e 13/04/1894, já citadas no capítulo anterior. O jornal dos ‘Tiradentes’ também apresenta dados sobre os batalhões, principalmente na fase em que se denominava *A Bomba*, no qual podem ser verificadas, de modo sumariado, as seguintes matérias: ‘A Bomba’ e ‘Sementeira’, 01/09/1894, n. 1, respectivamente, capa e p. 2; ‘A Cezar o que é de Cezar’, 07/09/1894, n. 2, p. 3 e [sem título], 19/10/1894, n. 13, capa. S. de Queiroz apresenta uma sucinta descrição da atuação e da composição social dos batalhões, que, entre outras fontes, baseia-se nos Anais da Câmara dos Deputados, *op. cit.*, pp. 83-85. J. Hahner também apresenta informações sobre as iniciativas de organização e a composição social dos batalhões patrióticos, amparada, inclusive, em dados do Ministério da Guerra, *loc. cit.*, pp. 132-133.

Após a convocação, municiação e aquartelamento para treinamento, durante os momentos em que estes jovens estivessem dentro ou fora da caserna, exercendo práticas propriamente beligerantes ou não, como a participação na banda de música do respectivo batalhão, a condição de integrante de um batalhão patriótico não os incompatibilizava para a percepção de rendimento oriundo do exercício de outras atividades.

Os batalhões patrióticos constituíam uma força militar terrestre paralela ao Exército. Eram como um ‘outro pequeno Exército’, o que em parte explica o autoritarismo de seus milicianos que passaram a defender jornalisticamente as suas idéias políticas, ao se perceberem como o *alter ego* dos militares de terra.

Apesar da instabilidade das suas posições de ‘militares’ provisórios, a escolha do ofício de miliciano cívico era uma das mais seguras economicamente, embora fosse alto o risco físico. Para os jovens acadêmicos relativamente letrados e oriundos de famílias abastadas, as noções de dever cívico e de abnegação pátria falavam mais alto do que as obtenções pecuniárias. Já para os indivíduos de estratos econômicos mais baixos, com baixo grau de escolaridade e, principalmente, sem o ‘medalhão’ familiar ou a ‘amizade’ com algum político para a indicação a um cargo público, o ingresso nos batalhões patrióticos constituía-se em uma das poucas atividades rendosas que viam diante de si em uma cidade populosa, pouco industrializada e com uma forte concorrência de mão-de-obra no setor comercial dominado por estrangeiros.

Após a vitória sobre a esquadra rebelada, alguns membros de alguns batalhões foram enviados aos estados sulinos para o combate aos federalistas. Para os que ficaram na Capital, guarnecendo baterias e postos de confiança, a disciplina militar era mais frouxa do que no Exército, as folgas regimentais eram concedidas seguidamente, de modo que os milicianos passavam pouco tempo e poucos dias nos batalhões, ainda que soubessem que as guarnições a que pertenciam poderiam ser chamadas a tomarem posição nos campos de batalha do sul. Os redatores ‘Tiradentes’ encontravam-se nesta situação e aparentemente nenhum deles chegou a lutar contra os federalistas, ao contrário de Deocleciano Martyr, fundador e redator-chefe de *O Jacobino*, que já havia combatido nas fronteiras do Paraná, sendo que a serviço do Batalhão Franco Atiradores, cuja organização auxiliara. De qualquer modo, a posição de membro de um batalhão patriótico, mesmo para estes arregimentados

que ao permanecerem na Capital apenas percebiam o soldo, era um ofício ‘público’ e ‘oficial’ da qual a maioria dos voluntários não queria ser destituída.

A criação de novos batalhões e seu imediato municimento, a intensificação das atividades e aumento da provisão de armamento aos já existentes, o deslocamento de oficiais do Exército para o treinamento dos voluntários, os fardamentos, a alimentação, o aumento de cavalaria e demais gastos relacionados à manutenção destas milícias cívicas sobrecarregaram o orçamento durante o governo do Marechal Floriano. Estas despesas foram repassadas como um custoso legado ao governo civil, cujo representante máximo, Prudente de Moraes, como afirmou em sua mensagem de posse, considerava praticamente já encerrado no país “o período das agitações, dos pronunciamentos e das revoltas”.

A situação extraordinária de guerra civil, já originada pela revolução federalista e intensificada pela revolta da Armada, criou ônus suplementares aos cofres públicos. Ao mesmo tempo, tal estado de beligerância possibilitou a muitos voluntários auferir benesses até então não alcançadas desde a implantação da República e que lhes haviam sido intangíveis durante a vigência do regime monárquico, contra o qual se orgulhavam de haver se posicionado quando do período propaganda republicana.

Numa época em que poucos cargos públicos eram preenchidos por meio da abertura de concurso, após o término da revolta da Armada, a muitos ex-voluntários foram concedidos empregos, chegando alguns dos novos contemplados ao acúmulo de postos. Ainda que muitos funcionários públicos antes estabelecidos em seus empregos tenham sido exonerados e aposentados – por se posicionarem contra a administração de Floriano, por manifestarem apoio aos rebelados ou pela mera suspeição de monarquismo –, tornou-se necessária a abertura de novos postos de trabalho, principalmente cargos burocráticos nas repartições públicas, para a acomodação de ex-voluntários e florianistas em geral. A muitos voluntários que permaneceram incorporados às milícias patrióticas, foram elevadas as patentes em seus respectivos batalhões ao passo que outros, como grande parte dos fundadores de *A Bomba*, foram galardoados com patentes honorárias do Exército.

Nem todos os membros dos batalhões voluntários eram republicanos históricos, até mesmo em razão da pouca idade de alguns dos combatentes, mas ao se tornarem os históricos os seus porta-vozes na imprensa, através da chefia das redações e do trabalho como redatores permanentes dos periódicos *A Bomba/O Nacional* e *O Jacobino*, a posição

de republicanos históricos e o voluntarismo cívico foram apresentados como elementos distintivos dos patriotas ou ‘jacobinos’.

Nem todos os indivíduos que redigiam e colaboravam nos jornais ‘jacobinos’, assim como os seus leitores, eram ou haviam sido integrantes de batalhões patrióticos, pois mesmo os responsáveis pelo jornal dos ‘Tiradentes’ aceitavam de bom grado a colaboração de civis desconhecedores das armas, principalmente os casos mais raros de intelectuais e políticos. Entre os articulistas colaboradores e os leitores civis, cujas cartas eram transcritas principalmente em *O Nacional*, encontravam-se, entre outros, operários, funcionários públicos geralmente de baixo escalão, pequenos empregados no setor de comércio e no de serviços, estudantes, ex-jornalistas de periódicos da pequena imprensa e os casos mais episódicos de políticos, como o deputado Rangel Pestana, e intelectuais, como o juriconsulto Pedro Ferreira Vianna e o literato Raul Pompéia.⁸²

Apesar desta atenção que lhes dedicavam os civis e a qual os ‘jacobinos’ buscavam estimular, boa parte dos colaboradores e dos leitores de seus periódicos era composta por militares, principalmente os de baixa patente. Em nome dos militares do Exército e da “classe armada” em geral os redatores ‘jacobinos’ julgavam-se autorizados a emitir opiniões e propostas, mesmo no caso de *O Jacobino*, no qual as idéias políticas de Deocleciano Martyr, fundador do jornal e centralizador de sua redação, imprimiam marcas pessoais e características peculiares, como o nativismo exclusivista, em algumas de suas principais matérias.

Entre os leitores marinheiros dos jornais ‘jacobinos’, destacavam-se os operários do Arsenal de Guerra e os alunos da Escola Naval, que ocasionalmente viam as

⁸² Esta avaliação das categorias sociais a que pertenciam os colaboradores e leitores civis dos periódicos jacobinos é mais facilmente efetuada a partir do jornal dos ‘Tiradentes’. Na fase em que se denominava *A Bomba* já existia a seção esporádica ‘Collaboração’, geralmente na p. 4. Esta coluna prosseguiu na fase em que se denominava *O Nacional*, p. 2 ou p. 3, juntamente com a também ocasional seção ‘A Pedido’, geralmente na p. 4. Os leitores e colaboradores, tanto civis como militares, homens e mulheres, de *O Jacobino* podem ser aquilatados nas ocasiões em que o jornal abria as suas colunas ao público sendo editado como poliantéia em homenagem a mortos ilustres, como na edição de 29/09/1895, dedicada ao Marechal Floriano Peixoto, e na de 13/03/1897, em honra ao Coronel Moreira César. Nos agradecimentos dos redatores em retribuição a algum adorno ofertado à sala de redação de *O Jacobino*, um presente a Deocleciano Martyr ou ainda por meio das cartas, telegramas, cartões e visitas recebidos por este famoso ativista, como nos seus aniversários, também podem ser verificados os seus leitores e grupos de apoio, como se observa, entre outras, nas edições de 26/09/1896, n. 64, capa; 10/04/1897, n. 92, p. 3; ‘A nossa festa’, 05/06/1897, n. 100, p. 2 e ‘O nosso chefe’, 12/06/1897, n. 101, p. 2. Os aniversários dos próprios jornais também eram festejados e felicitados, sendo motivos de visitas e de envios de cartas e cartões de saudações por parte de civis e de

suas cartas e artigos de queixas contra a organização da corporação a que pertenciam transcritos no jornal dos ‘Tiradentes’.⁸³

Algumas matérias foram dedicadas, nos dois periódicos, às ameaças de desagregação que pairavam sobre a Guarda Nacional, ao passo que à brigada policial da Capital estes publicistas destinavam variadas menções depreciativas, pois alegavam que esta força possuía muitos naturalizados como integrantes.

Era, porém, entre os soldados e a baixa oficialidade do Exército em geral, alguns membros do Clube Militar e, sobretudo, entre os praças de pré e alunos da Escola Militar que se encontrava a maior parte do *público militar* dos jornais ‘jacobinos’, alguns dos quais concorriam ocasionalmente com artigos ou viam as suas mensagens e cartas igualmente transcritas nos dois periódicos, enquanto numerosos artigos eram escritos a respeito dos militares de terra e da instituição a que pertenciam.⁸⁴

Com alguns jovens da Escola Militar, bem como com uma parcela politizada de alunos da Escola Polytechnica, como esclarecido, ‘Tiradentes’ e sectários de Martyr estabeleceram estreitos laços políticos e pessoais que resistiram ao fim dos conflitos armados. Entre os alunos da Escola Militar, os ‘jacobinos’ podiam contar especialmente com significativo número de adeptos da suas idéias. Como as influências foram recíprocas, os ‘jacobinos’ apropriaram-se não somente de palavras de seu vocabulário, como de alguns princípios por estes esposados e inclusive de alguns preceitos do ideário positivista comtiano, que já haviam sido selecionados e dissecados pelo crivo seletivo, interpretativo e lingüisticamente significativo dos jovens militares, como o respeito à hierarquia, a obediência a um líder e o apreço por demonstrações públicas de patriotismo. As aproximações e apropriações discursivas de princípios compartilhados pelos alunos militares serviam como um fator de identificação aos próprios ‘jacobinos’ na medida em

militares, como se nota, por exemplo, em *O Jacobino*, ‘O nosso aniversário’, 19/09/1896, n. 63, capa e em *O Nacional*, ‘O nosso aniversário’, 05/09/1895, n. 96, capa.

⁸³ Cf. em *O Nacional*, ‘Inferiores da Armada’, 26/06/1895, n. 79, p. 3; 17/07/1895, n. 83, Colaboração, ‘O que vae pela Marinha’, p. 3 e em *O Jacobino*, ‘Operários perseguidos’, 08/12/1894, n. 24, p. 3.

⁸⁴ Após a interrupção temporária dos jornais jacobinos, através das cartas e visitas de congratulações, também pode ser verificado o amplo público militar destes periódicos. Cf. em *O Nacional*, ‘De chapéu na mão’, 01/02/1896, n. 139, capa e em *O Jacobino*, ‘Ao ressurgir-nos’, n. 31, capa. No caso específico de *O Nacional*, em razão das dificuldades financeiras para a manutenção de sua circulação, podem ser observadas as transcrições dos nomes dos ‘correligionários’, entre os quais muitos militares, acompanhados dos valores das contribuições em dinheiro oferecidas e das indicações dos Estados em que as somas eram subscritas, como, por exemplo, ‘O Nacional’, 07/03/1896, n. 148, capa e ‘Pró Nacional’, 14/05/1896, n. 171, p. 3.

que buscavam se afinar àqueles que como eles eram não apenas jovens como também combatentes dispostos a empunharem as armas sempre que as instituições republicanas fossem ameaçadas. Assim, ao fazerem de seus jornais os porta-vozes na imprensa também das opiniões dos jovens militares e da própria instituição acadêmica a que estes estavam afiliados, os ‘jacobinos’ reforçavam a imagem de si que objetivavam propagar e das corporações a que pertenciam, os batalhões patrióticos, menos tradicionais e desvinculados do feito da proclamação da República do que o Exército e os militares desta força.

Ao re-significarem alguns dos valores compartilhados por uma parcela dos jovens da Escola Militar, os ‘jacobinos’ tencionavam demonstrar como a influência dos militares na vida nacional e na própria política se fazia premente nesta conjuntura em que o regime republicano ainda sofria ameaças, devido à intenção de restauração monárquica que atribuíam aos sublevados federalistas. Assim, estes militantes colocavam-se contrariamente ao parecer do presidente em seu manifesto de posse de que a vitória sobre a revolta da Armada havia provado a estabilidade das instituições republicanas. Ao se colocarem como o *alter ego* dos militares em geral e daqueles jovens pertencentes ao Exército em particular, buscavam evidenciar que as corporações a que pertenciam, armadas porém não regulares e permanentes como o Exército e a Marinha, se faziam imprescindíveis em um momento posterior ao que a República sofrera a sua maior ameaça, como os contemporâneos e o próprio presidente eleito definiam a revolta da Armada, e que os sublevados federalistas ainda empunhavam as suas armas no sul do país. Ao ecoarem as opiniões e demandas dos militares em geral, objetivavam colocarem-se na mesma posição de salvaguarda da pátria que competia aos militares regulares e, portanto, os batalhões patrióticos em situação de imprescindibilidade tal como as forças armadas regulares.⁸⁵

A inflexão efetuada pelo início da execução do plano político do governo de Prudente de Moraes, consoante com um projeto político-administrativo divergente em relação ao de seu antecessor, paulatinamente obliterava a *ordenação ‘armamentista’ e ‘beligerante’* recebida como legado, tornando, assim, a atuação dos corpos patrióticos

⁸⁵ Cf. em *O Nacional* ‘Pela dignidade militar’, 13/02/1896, n. 143, capa; ‘Hontem e hoje’, 07/03/1896, n. 148, p. 2; Annibal Mascarenhas, ‘A moção’, 26/03/1896, n. 155, capa; Silvestre Goyanna, ‘Paiz a garra’, 06/06/1896, n. 190, capa e em *O Jacobino*, ‘Viva o Exército’ e ‘Os inimigos do Exército’, 18/11/1894, n. 18, respectivamente, capa e p. 2; ‘O Exército e os conspiradores pagos’, 01/12/1894, n. 22, capa e ‘Offensas ao nosso Exército’, 30/01/1897, n. 82, capa.

compostos de voluntários cada vez mais desnecessária à sustentação do regime republicano e do governo que se encontrava na situação.

A ênfase na necessidade de preservação das milícias cívicas e o apelo aos valores castrenses foram acionados pelos ‘jacobinos’ como uma estratégia de sobrevivência em uma conjuntura, de transição entre a presidência militar e a civil, na qual o regime republicano estava sendo estruturado sob orientações e palmilhando caminhos que tornavam os batalhões patrióticos e, por extensão, os seus integrantes dispensáveis.

Prudente de Moraes, desde o início, conforme constava implicitamente na parte final de seu manifesto de posse, norteou-se pela “política de conciliação”, como a denominavam os ‘jacobinos’ e grande parte dos contemporâneos, designada neste trabalho como *orientação conciliatória*.

Nesta comunicação oficial o presidente enfatizou a gravidade da situação financeira em que se encontrava a República sobretudo em virtude do aumento dos compromissos do tesouro em razão das “despesas extraordinárias” causadas pela expansão dos “germens da insubordinação e da anarquia”, ou seja, os gastos de guerra provocados pelos movimentos revoltosos perpetrados durante o governo precedente. Como metas a serem atingidas o presidente anunciou, entre outras, a redução da despesa, por meio de uma severa economia fazendária, de modo a equilibrá-la com a receita em razão do elevado déficit do orçamento. Tendo em vista aliviar o tesouro da “opressão dos encargos actuaes”, Prudente de Moraes apresentou o objetivo primordial a ser alcançado pelo seu governo: o restabelecimento da paz em condições de estabilidade e a manutenção da ordem no país.

Como o mais destacado desdobramento da *orientação conciliatória*, o presidente colocou em consecução o *programa de pacificação* do Rio Grande e demais Estados sulinos. Este programa pode ser entendido como um programa de pacificação do próprio país, pois enquanto os federalistas se mantivessem sublevados sérios reveses econômicos continuariam debilitando a saúde financeira da jovem República, como o comprometimento de parcela significativa do erário com as despesas de guerra, a depreciação cambial, a debilitação das contas externas do país e a restrição fiduciária.⁸⁶

⁸⁶ Evidentemente, o quadro econômico era bem mais complexo, apresentando agravos decorrentes do Encilhamento e de outros fatores, como o aumento do mercado de mão de obra assalariada e das safras e *quantum* de exportação de café.

Em acréscimo, enquanto a República brasileira estivesse em ‘estado de guerra civil’, alguns agentes sociais e políticos prosseguiriam exercendo pressão sobre os representantes eleitos e demais responsáveis pelos poderes públicos, conforme era o caso dos próprios ‘jacobinos’, que se julgavam imbuídos da missão de defendê-la a qualquer custo dos seus supostos inimigos e, por este motivo, se arrogavam uma parcela de responsabilidade e de direito de interferência nos negócios públicos.

Por outro lado, os murmúrios de que o regime republicano encontrava-se constantemente em situação periclitante dava origem a boatos de que conspirações monarquistas estavam sendo arquitetadas pelos restauradores, o que exacerbava o clima de instabilidade político-social.

Para a sedimentação da ordem civil fazia-se necessária a normalização político-social republicana, para que fossem efetivados os preceitos contidos em suas normas constitucionais, como era praticamente a única proposta contida no opaco manifesto do Partido Republicano Federal, que havia sido organizado com vistas à sucessão presidencial. O primeiro dos princípios constitucionais, por seu lado, a ser efetivado pela administração do presidente eleito, como dispôs em seu planejamento político, era a manutenção da autonomia dos estados da União.

Após dois anos de vigência de uma situação extraordinária de guerra civil, o novo presidente empenhou-se em fazer o país retornar ao seu encaminhamento ordinário, a ser perfilhado sobretudo com a concretização da pacificação do Sul, através de um acordo formal com os chefes federalistas. Interessava ao novo governo, considerado como instância administrativa, o fim da guerra fratricida para que fosse eclipsado o ambiente de conflitos entre concidadãos que, além de causar despesas adicionais e debilitar a imagem do país no exterior, ainda obstaculizava o apoio das elites regionais ao governo federal, em razão da política de intervenção nos Estados efetuada durante o governo do Marechal Floriano, que naquela conjuntura se caracterizava como um fantasma do regime militarista que cumpria extirpar por meio de um direcionamento apaziguador.

A aglutinação do apoio de proeminentes líderes regionais era um dos objetivos dos responsáveis pela nova ordenação política até porque o seu representante máximo, Prudente de Moraes, era um civil oriundo de uma família cafeicultora cujo nome havia sido indicado pela convenção do partido, em setembro de 1893, para o primeiro escrutínio direto

da República em razão da posição assumida por eminentes políticos paulistas, em especial do general Francisco Glycerio de Cerqueira Leite, nos arranjos, fundação e elaboração do programa do Partido Republicano Constitucional, no primeiro semestre de 1893, que a partir da convenção de julho passou a ser denominado Partido Republicano Federal.

Este partido organizou-se de modo diferente ao das organizações políticas de pequena estatura, pouco aliciantes a ponto de se tornarem nacionais, que surgiram durante o primeiro decênio republicano. O P.R.F. não foi fruto de uma idealização concebida em reuniões de agremiações políticas ou como consequência do investimento propagandístico de jornais criados e editados por agentes unidos em torno da sustentação de seus interesses, como havia ocorrido com os antigos Partido Operário e Partido Católico e como em breve sucedeu com o Partido Republicano Nacional e com o Partido Monarquista.⁸⁷

A idealização e a criação do P.R.F. assemelhavam-se de certo modo às do extinto Partido Republicano Federal da Capital dos Estados Unidos do Brasil, fundado em março de 1890, que desde o início contou com ilustres figuras do cenário político de então, especialmente os republicanos históricos, como Aristides Lobo, e aqueles vinculados ao Governo Provisório, como Eduardo Vandenkolk.⁸⁸ Analogamente, o P.R.F. originou-se de um arranjo fragilmente estabelecido entre homens já versados na política e com prestígio e poderio suficiente para tecerem alianças nos Estados de origem. Em seus primórdios, o partido foi composto por deputados e senadores federais, sob a liderança da bancada paulista associada ao Partido Republicano Paulista liderado por Bernardino de Campos.

Os seus artífices inicialmente se empenharam em torná-lo nacional até mesmo para que pudessem estabelecer as composições políticas com os governadores, ou presidentes de Estados da federação, e chefes regionais a fim de que fossem eleitos os seus candidatos a presidente e vice-presidente da República pela primeira vez escolhidos em escrutínio direto, a deputados federais e a senadores no pleito de 28 de fevereiro de 1894.

⁸⁷ Durante três anos e meio, pelo menos na Capital onde se originou até obter representantes em todos os Estados da União, o Partido Republicano Federal não possuiu órgão oficial na imprensa. Com o aumento dos desentendimentos entre os seus membros, o grupo vinculado a Francisco Glycerio, cada vez mais dissidente em relação aos moderados que apoiavam Prudente de Moraes, resolveu criar um jornal. Sugestivamente no dia 15 de novembro de 1896 saiu a lume a primeira edição do periódico *República*, apresentado como órgão oficial do P.R.F., cuja direção cabia a Francisco Glycerio e a chefia da redação a Alcindo Guanabara.

⁸⁸ Um levantamento, incompleto porém à época de sua publicação, das organizações partidárias que surgiram na cidade do Rio de Janeiro desde a instauração da República até 1895, foi efetuado por M. G. Veneu, 'Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro: 1889-1895', in: *Dados*.

O partido que elegeu Prudente de Moraes e Manuel Victorino desde o início teve por intento conquistar e manter a chefia do Executivo federal e eleger o maior número dos novos componentes do Legislativo federal. Os seus idealizadores julgavam que, em razão da garantia ao presidente do apoio da maioria do Congresso e de parte substancial das lideranças estaduais, com as quais alguns destes congressistas federais esforçavam-se em efetuar seus acordos de modo paralelo à estratégia do chefe do Executivo de abster-se de intervir nas políticas e conflitos no interior dos estados, fácil seria manter Prudente no poder e eleger um sucessor também do partido.

Mas assim, em absoluto, não o foi. A frágil coligação de forças de que era composto o P.R.F. não sobreviveu ao primeiro semestre do exercício presidencial de Prudente de Moraes, rompendo-se em razão das diferentes opiniões a respeito da iniciativa do presidente de enviar um general para negociar a paz com os federalistas, principalmente após o próprio diretor do partido, seu principal organizador e líder da maioria na Câmara, General Francisco Glycerio, ter se posicionado contrariamente à resolução. Não houve na prática harmonização entre Executivo e Legislativo, tendo alguns senadores e muitos deputados federais do P.R.F. se tornado em um dos focos geradores de tensão à primeira presidência civil e de oposição declarada a esta após a cisão do partido, em junho de 1897.

Desde o início e inclusive por ter sido formado por congressistas federais, e não por um grupo político-social que trabalhasse por interesses comuns, o P.R.F. foi bastante heterogêneo. O partido abrigava desde republicanos históricos a suspeitos de monarquismo, de ardorosos militaristas a ferrenhos civilistas, de liberais a defensores do centralismo federal, enfim, indivíduos políticos que detentores de uma parcela do poder visavam beneficiar de diversas formas os seus acólitos e seguidores, sendo a mais empregada a nomeação para cargos públicos. Como as críticas atiradas pelos diferentes grupos de descontentes respingavam, quer propositalmente ou não, sobre a figura presidencial, Prudente de Moraes via-se responsabilizado por nomeações que fugiam da sua alçada e das quais nem tinha conhecimento.

Era na hora das apresentações de projetos e votações, no entanto, que as divergências de vistas e de propósitos dos congressistas mais se manifestavam. O próprio móvel personalista da atuação política do período não deve ser menosprezado, principalmente ao se atentar que a legislação vigente não exigia filiação partidária para a

apresentação de candidatura a um cargo eletivo, o que conferia uma certa autonomia aos integrantes mesmo de um partido grande e governamental como o P.R.F. Uma das mais sérias conseqüências era a conformação de uma base de sustentação de alicerce frágil e inseguro ao presidente da República. Na maioria das vezes, o presidente civil não sabia com quais elementos do partido podia contar para o encaminhamento de suas propostas.

Antes de encaminhá-las Prudente ainda se via compelido a conferenciar com os chefes do partido que o elegeu, principalmente com o conhecido aglutinador de homens políticos dos mais diferentes históricos políticos e propósitos que era Francisco Glycerio. O famoso “general das vinte e uma brigadas” ou o “condestável da República” exercia influência sobre Prudente – assim como também o fez sobre o vice Manuel Victorino quando este o substituiu interinamente na presidência –, porque garantia o apoio da maioria da Câmara, ainda que instável e cambaleante como observado, de que este precisava para apresentar as suas propostas e conseguir a aprovação de seus decretos. Francisco Glycerio, como republicano histórico, oriundo de uma importante família campineira, hábil articulador de alianças com os mais destacados chefes locais paulistas, um dos chefes do partido que mais exercia domínio sobre os diretórios locais paulistas, militar prestigiado pelo apoio a Floriano, implicitamente afinado à política enérgica de Júlio de Castilhos, principal organizador do P.R.F. e, enfim, líder deste partido na Câmara não se constituía em uma figura política com a qual Prudente desejaria se indispor.

Ainda assim, com o inseguro e vacilante apoio concedido pelos parlamentares de seu partido, impelido a discutir com os chefes do mesmo sobre as proposições a serem dispostas e sabendo-se propenso a sofrer as críticas dos militaristas em geral, Prudente deu andamento ao seu principal escopo: a pacificação, ou seja, a iniciativa governamental em estabelecer um acordo formal com os chefes federalistas.

A propósito, o estabelecimento de acordos implícitos foi uma marca de seu governo. Combinações, conciliações, harmonizações, transigências, condescendências e permissividades foram estratégias de ação não declaradas que fizeram parte da agenda presidencial desde o início. Assim o presidente agiu em relação aos que o apoiavam, aos seus falsos amigos e até mesmo aos seus inimigos. Mesmo aos combatentes voluntários, militares do Exército, florianistas e demais beneficiados pelo governo de Floriano fechava as portas, mas deixava entreaberta uma pequena veneziana. Por estes comportamentos

administrativos, Prudente passou a ser visto por grande parte dos contemporâneos como negligente, relapso, ambíguo, indeciso, irresoluto, até tornar-se a personificação da “múmia”, como o depreciaram mais tarde os ‘jacobinos’ e os monarquistas mais ativistas. Intentando não desagradar a muitos, em sua busca incessante de consolidar-se no poder, adquiriu o respeito de poucos, tornando-se suspeito a quase todos.

Prudente de Moraes adotava a postura de um estadista ponderado, relativamente liberal e finamente conservador porque objetivava impedir o surgimento de um grupo de oposição que conspirasse às escusas e também porque tencionava alcançar o apoio tácito da maioria dos líderes estaduais e chefes locais, completando assim o seu exercício presidencial e obtendo a indicação do partido de um sucessor que correspondesse ao seu talante para que pudesse ser eleito e a ordem civil seguramente estabelecida.

A heterogeneidade latente entre os secretários de Estado que escolheu denota o direcionamento conciliador e harmonizador que o imbuíu, especialmente ao se considerar que alguns destes ministros nomearam, como era previsível, para altos postos em suas respectivas secretarias muitos indivíduos que haviam sido relegados ao ostracismo político pelo governo anterior.

Em comparação com os congressistas e apesar de suas diferenças políticas e de alguns desacordos pessoais em relação às propostas governamentais – como a hostilidade do ministro do Exterior à diligência governamental em negociar com os federalistas – os seis chefes de ministério que escolheu não lhe trouxeram instabilidade ou transformaram-se em um foco de tensão. Os seus secretários o acompanharam durante a primeira metade de seu mandato e, até a primeira crise ministerial decorrente das divergências acerca dos ‘protocolos italianos’ em meados de 1896, mantiveram relações relativamente harmoniosas entre si, com o presidente, com os parlamentares em geral e mesmo com os diferentes chefes políticos do P.R.F., como Francisco Glycerio e Quintino Bocayuva.

Entre os seus ministros, encontravam-se dois republicanos históricos, Antonio Olyntho dos Santos Pires, ministro da Indústria e Viação, e General Bernardo Vasques, ministro da Guerra. O ministro da Marinha, Almirante Elisiário José Barbosa, era um oficial suspeito de monarquismo que, todavia, tinha como lenitivo a esta desconfiança as glórias da campanha contra o Paraguai. Por sua vez, os ministros da Justiça e Negócios

Interiores, Antonio Gonçalves Ferreira; da Fazenda, Francisco de Paula Rodrigues Alves e das Relações Exteriores, Carlos Augusto de Carvalho, eram republicanos adesisistas.

Os três últimos desde cedo foram vistos pelos ‘jacobinos’ como inadequados à viabilização de uma administração prosseguidora daquela traçada pelo Marechal. Com o desdobramento da nova gestão, no entanto, as determinações do “ministério de todas as cores” foram reprovadas quase *in totum* pelo crivo ‘jacobino’.⁸⁹

As primeiras medidas governamentais, não obstante, criticadas pelos ‘jacobinos’ que desencadearam a sua oposição a Prudente de Moraes foram as referentes aos militares em geral, aos ex-voluntários e florianistas beneficiados pela nomeação para cargos públicos durante o governo de Floriano e as que atingiram os batalhões patrióticos.

Entre outras, os ‘jacobinos’ criticaram primeira e principalmente as seguintes resoluções: as libertações de militares presos por participação ou conivência na revolta da Armada; a extensão do indulto presidencial de 1º de janeiro de 1895 aos aspirantes a guarda-marinha que haviam tomado parte nesta revolta; as destituições de patriotas dos cargos públicos aos quais haviam sido designados unicamente em razão da participação ao lado da esquadra legal, tendo como o outro lado da moeda a reintegração de funcionários antes aposentados ou exonerados compulsoriamente; os licenciamentos e dissoluções de batalhões patrióticos e os atos tópicos que visavam à atenuação da militarização excessiva em que se encontrava o país.

A concessão de *habeas corpus* de modo isolado pelo Supremo Tribunal Federal durante o governo do Marechal Floriano já se caracterizava como uma prática repulsiva para os ‘jacobinos’, consistindo este órgão do Judiciário em um de seus principais objetos de ataque durante os primeiros meses de suas atividades na arena jornalística.

⁸⁹ Sobre as críticas genéricas que os ‘jacobinos’ fizeram aos ministros de Prudente de Moraes, cf. em *A Bomba*, 20/11/1894, n. 21, capa; ‘Accentua-se a reacção’, n. 23, capa, e em *O Jacobino*, ‘O novo governo’, 21/11/1894, n. 19, capa; ‘Teimozia e ineptia’, 15/08/1896, n. 58, capa; ‘O que pensamos’, 13/11/1896, n. 73, capa. Os ataques às decisões do ministro Elisiário Barbosa foram mais recorrentes no jornal dos ‘Tiradentes’ e, como todos os assuntos que se referiam à Marinha, foram efetivadas de maneira dispersa em várias edições. Cf., de modo sumariado, os seguintes artigos e matérias de *O Nacional*, ‘Marinha Nacional’, 08/06/1895, n. 74, capa; 19/06/1895, n. 77, seção ‘O que vae pela Marinha’, p. 3; ‘Marinha de Guerra’, 24/07/1895, n. 85, p. 2; Henrique Cancio, ‘Negócios da Marinha’, 10/12/1895, n. 134, capa; ‘Arsenal de Marinha’, 31/03/1896, n. 157, p. 2 e Gaúcho, ‘Reflexões’, 24/14/1896, n. 163, p. 2. As desconfianças dos ‘Tiradentes’ em relação à orientação econômica do ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, foram tão intensas que lhes estimularam a abertura da seção Ministério da Fazenda, a partir de 03/04/1895, n. 56, sempre na p. 2. O ex-conselheiro e republicano adesisista Rodrigues Alves havia sido, no entanto, ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto até agosto de 1892 quando pediu demissão e foi substituído por Innocência Serzedello Corrêa.

Diante da intensificação da libertação de presos políticos suspeitos de cumplicidade na revolta da Armada exacerbaram-se as críticas destes polemistas.

Um dos primeiros atos administrativos relacionados às forças armadas foi o requerimento, pelos ministros das pastas das armas, da relação nominal dos oficiais de terra e mar enclausurados por convivência na revolta para que lhes fosse concedida a prisão domiciliar.⁹⁰ A libertação dos detentos, apesar de não implicar no perdão aos seus atos pelos quais continuariam respondendo juridicamente, foi interpretada pelos sectários de Martyr e pelos ‘Tiradentes’ como uma verdadeira “anistia” aos “criminosos políticos”, feita de forma ilegal, uma vez que a concessão desta prerrogativa era de competência exclusiva do Congresso Federal.⁹¹ Segundo a concepção dos ‘Tiradentes’, o novo governo começava a desfazer as suas expectativas de que seria o continuador da política florianista ao apresentar sinais de compartilhamento da mesma orientação condescendente de concessões de *habeas corpus* que havia obstado as ações enérgicas de punição aos revoltosos durante o governo do Marechal Floriano Peixoto.⁹²

A ordem do ministro da Marinha, Elisiário Barbosa, determinando o retorno dos alunos embarcados no navio revoltoso Aquidaban tornou-se outro objeto de crítica.⁹³

A medida governamental, não obstante, que motivou aos ‘Tiradentes’ e aos sectários de Martyr não apenas as censuras em nível discursivo, como indiretamente lhes impulsionou a ação nas ruas da Capital, foi o indulto presidencial de 1º de janeiro de 1895.

Pelo decreto emanado do punho do chefe do Executivo federal, os praças do Exército, Armada, guarda nacional, brigada policial e corpo de bombeiros foram perdoados das penas de que eram passíveis pelo crime de deserção. Dias depois, foi apresentada pelo governo ao Supremo Tribunal Militar uma consulta sobre a proposição de serem incluídos no indulto concedido pelo decreto os aspirantes à guarda marinha, uma vez que pelo

⁹⁰ *O Jacobino*, 24/11/1894, n. 20, Já começam, p. 3. Esta seção, inaugurada nesta edição, noticiava as medidas governamentais referentes às forças militares e aos batalhões patrióticos. *Ibid.*, 01/12/1895, n. 22, *id.*, p. 3.

⁹¹ Em *O Jacobino*, ‘Amnistia’, 28/11/1894, n. 21, p. 2; 08/12/1894, n. 24, p. 2 e ‘Supremo Tribunal Sebastianista’, 20/04/1895, n. 33, p. 3. Em *A Bomba*, 27/11/1894, n. 23, *Pela República*, p. 2 e em *O Nacional*, S. P., ‘A posição dos republicanos sinceros e o sr. presidente da República’, 27/03/1895, n. 54, Colaboração, p. 3.

⁹² *A Bomba*, 27/11/1894, n. 23, *Pela República*, p. 2. Logo após o advento do novo governo esta seção passou a noticiar as medidas relacionadas aos ministérios militares. Contudo, somente em 11 de dezembro o articulista esclareceu ao público a sua mudança de feição, apontando que esta havia abandonado “a forma doutrinária que a princípio lhe demos, para transformar-se agora em clarim de guerra”.

⁹³ *Ibid.*, 30/11/1894, n. 24, *Pela República*, p. 2.

disposto no art. 190 do código penal da Armada os aspirantes eram considerados como praças. Após algumas sessões do tribunal, a comissão de marechais encarregada de seu julgamento concluiu pela extensão dos indultos a estes militares.⁹⁴ No final de janeiro, os referidos altos oficiais apresentaram ao presidente da República o parecer que ratificava a inclusão dos aspirantes no indulto concedido pelo decreto de 1º de janeiro.⁹⁵

A inclusão destes jovens marinheiros no indulto foi qualificada por Ferreira de Araújo, o redator-chefe da *Gazeta de Notícias*, como uma “medida política e tendente a enfraquecer as forças dos revoltosos que se conservam em armas no Sul”.⁹⁶

De fato, a extensão do indulto constituiu-se em uma atitude coerente com o programa governamental de *pacificação* do Rio Grande do Sul, pois era de interesse do novo governo desviar das fileiras de Saldanha da Gama – que prosseguiu até o seu falecimento com o ímpeto subversivo nos estados sulinos após a coligação com os revoltosos federalistas – os indivíduos temerosos de um retorno à Capital Federal.

A concessão do indulto aos aspirantes, subseqüentemente, foi ratificada como um direito constitucional pelo Congresso Nacional. Por resolução do presidente da República, no entanto, aos aspirantes à guarda marinha que se apresentassem para usufruir o indulto, “a bem da disciplina da Escola Naval”, deveria ser dada a baixa do corpo de alunos desta Escola.⁹⁷

Pouco tempo depois, os aspirantes que pretendiam voltar à Escola Naval ou receber um atestado das médias de suas notas obtidas até o dia 5 de setembro de 1893, isto é, antes de abandonarem os seus estudos para adentrarem nas fileiras da esquadra rebelada, elaboraram um requerimento de sua petição e o impetraram em tramites legais. O parecer da comissão de legislação e justiça da Câmara dos Deputados, cujo relator foi Medeiros e Albuquerque, indeferiu a solicitação dos alunos indultados.⁹⁸

⁹⁴ ‘Supremo Tribunal Militar’, *Gazeta de Notícias*, 24/01/1895, capa.

⁹⁵ O parecer do Supremo Tribunal Militar, de 25[?]/01/1895, encontra-se integralmente transcrito, entre outros jornais, em *O Paiz*, 28/01/1895, capa.

⁹⁶ *Gazeta de Notícias*, 11/03/1895, Causas Políticas, capa.

⁹⁷ O aviso dirigido pelo ministro da Marinha ao general chefe do estado-maior da Armada comunicando esta resolução presidencial encontra-se transcrito em *O Paiz*, 27/01/1895, capa. Os responsáveis pelo parecer supramencionado do Supremo Tribunal Militar já haviam disposto sobre a baixa, embora tivessem alegado outros motivos: a reprovação, a perda de ano, as faltas ou a pedido, em razão das despesas causadas ao Estado. A opinião do senador Quintino Bocayuva apoiando a exclusão dos alunos da Escola Naval, pois entendia que estes haviam se incompatibilizado com a farda, encontra-se no breve editorial ‘Palestra’, na mesma edição.

⁹⁸ *Gazeta de Notícias*, 17/06/1895, Causas Políticas, capa.

Segundo a interpretação de Ferreira de Araújo, efetivou-se, com o resultado do parecer, uma “condenação às cegas” e “em massa” dos alunos navais, que desvirtuou o indulto, uma vez que os condenou “à perda dos direitos adquiridos por cada um antes do delicto colectivo”. O redator ainda vaticinou que estes “castigos em massa” haveriam de originar os mesmos resultados dos “premios em massa” conferidos como recompensa aos combatentes legalistas pelo governo anterior. Atemorizava ao jornalista a hipótese de que mais uma “classe”, como se exprimiu, pudesse se insurgir contra o governo do primeiro presidente civil, do qual esperava a solução das questões deixadas pendentes pelo governo anterior, como o término dos conflitos no Sul, desde que a tempo tomasse um rumo, independentemente de este vir a ser “progressista” ou “reaccionário”.⁹⁹

O perdão concedido foi, portanto, novamente restringido por esta decisão governamental. Assim procedendo, o novo governo efetuou uma solução de compromisso, para contemporizar com as duas opiniões extremas a respeito da questão, principalmente após as explicitações de opiniões que tomaram as ruas mais estratégicas da Capital.

As manifestações, chamadas à época de “arruaças de janeiro”, ocorreram nos dias 24, 25 e 26 deste mês, porque no primeiro destes, durante à tarde, o Coronel Travassos, comandante da brigada policial, conforme a recomendação de uma circular da polícia, proibiu os garotos que vendiam *O Nacional* de apregoarem os textos dos seus “artigos violentos contra o governo” que repeliam a extensão do indulto. Alguns oficiais do Exército, fardados, enervaram-se e arrancaram as folhas das mãos dos vendedores e começaram eles mesmos a reverberar as opiniões emitidas pelo jornal. O coronel se retirou, então, diante dos gritos de “viva o marechal Floriano” e “viva a República”.¹⁰⁰

O chefe de política do Distrito Federal, André Cavalcanti de Albuquerque, no dia 26, publicou um boletim no qual aconselhava a “parte conservadora e ordeira da

⁹⁹ *Ibid.*, 11/03 e 26/03/1895, Causas Políticas, capa.

¹⁰⁰ Embora estas manifestações populares e espontâneas não possam ser caracterizadas propriamente como uma ‘revolta’, é plausível qualificá-las por meio da noção de “protesto como recurso político” assinalada, ao comentar as sugestões de E. Hobsbawm, por M. A. Pamplona, ‘A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas’, in: *Estudos Históricos*. Considerando-se, como sugere o autor, as formas de protesto popular como “parte integrante ou parcelas, elas próprias, das lutas pelo poder e da dinâmica da sociedade a que pertencem”, pode-se afirmar que estas manifestações, ainda que os seus participantes não tenham exprimido direta e explicitamente este fim, constituíram-se, durante o momento performático, em uma “forma de barganha” política e até mesmo em uma indireta “luta pela cidadania” no sentido de defesa da livre emissão pública de idéias.

população” a não se reunir em grupos, em razão da “urgente necessidade de reprimir os abusos cometidos pelos *perturbadores da ordem pública* nestes últimos dias”.¹⁰¹

No dia seguinte, sob a forma de aglomerações, nas quais podiam ser vistos deputados, como Francisco Santiago e Alfredo Madureira, alunos da Escola Militar e o comandante do Batalhão Tiradentes, Coronel Alfredo Vicente Martins, os manifestantes se espalharam pelos pontos mais movimentados da Capital, como a rua do Ouvidor. No fim da noite deste último dia de agitações “um grupo compacto de gente á paizana, armado de cacetes e navalhas” lançou-se em direção aos “arruaçeiros jacobinos” dando-lhes mortras. Entre os numerosos feridos do conflito, encontravam-se dois alunos da Escola Militar e um capitão do Batalhão Tiradentes, conhecido como ‘Jacaré’.¹⁰²

Dias depois os alunos da Escola Militar publicaram um manifesto, contando com cerca de quatrocentas assinaturas, no jornal *O Paiz*. Através desta explicação os alunos afirmaram que estava sendo atirado sobre os que se bateram em nome da lei o epíteto de “desordeiros”. Como expuseram, os seus desafetos buscavam motivos para apresentá-los como “indisciplinados” para que fosse fechada a Escola Militar.¹⁰³

¹⁰¹ O boletim publicado pelo chefe de polícia encontra-se reproduzido no jornal *O Apostolo*, 27/01/1895, p. 2, que na mesma página, na coluna Retrospecto da Semana, apresenta uma breve matéria sobre as “arruaças”.

¹⁰² ‘Nova Revolta’, *Gazeta de Notícias*, 15/02/1895, p. 2 e *O Apostolo*, 24/02/1895, capa. Segundo o articulista do *Commercio de São Paulo*, do qual os dois jornais, assim como outros da Capital, transcreveram a matéria, se as “arruaças” não malograssessem a “revolta não falharia”, pois supostamente havia um plano para aprisionar Prudente de Moraes e instalar um governo provisório do qual fariam parte Quintino Bocayuva, General Costallat, Almirante Gonçalves e Alcindo Guanabara, entre outros. Como o redator defendeu, sob o pretexto da extensão do indulto aos aspirantes, as “arruaças” eram um preparo para uma revolta contra o governo de Prudente. Curiosamente, o articulista afirmou que “o sr. D. Martyr pode escapar são e salvo por ter encontrado asylo na casa de um portuguez” [?]. O jornal *O Jacobino* não estava sendo publicado à época devido a um ataque ocorrido poucos dias antes às suas oficinas. Por sua vez, não consta nenhuma edição do mês de janeiro de 1895 de *O Nacional* no acervo examinado.

¹⁰³ O manifesto intitulado ‘A Escola Militar’ encontra-se integralmente transcrito na matéria ‘O Manifesto da Escola Militar’, *O Paiz*, 04/02/1895, capa. Os alunos apresentaram uma versão bastante semelhante à apresentada pelo jornal dirigido por Quintino Bocayuva para os acontecimentos de final de janeiro, ou seja, a de que os “secretas” ou “assalariados” da polícia haviam sido os fomentadores das “desordens” causadas na Capital que deprimiam os créditos da República, justamente com o objetivo de “causar suspeita ao estrangeiro e fornecer pasto aos monarchistas e revoltosos”, conforme a interpretação dos alunos, ou para “derramar o sangue dos que não aclamavam alguns dos actuaes defensores da revolta de 6 de Setembro”, como destacou o jornal. Evidentemente, no manifesto os alunos não designaram os “secretas da polícia” como “bando de desordeiros”, “malta arruaçeira” e “quadrilha turbulenta”, como o fez este diário e tampouco acusaram o chefe de polícia, André Cavalcanti, de ter sido “o culpado do sangue que já correu, o responsável directo pela anarchia”. Sobre as interpretações emitidas pelos redatores de *O Paiz* a respeito do indulto e das ocorrências de final de janeiro, cf. as variadas matérias nas capas de suas edições de 27/01 a 04/02/1895, principalmente ‘O Nosso Protesto’, 29/01, de Rodolpho Abreu, da qual foram retirados os breves extratos acima mencionados. As opiniões deste articulista, principalmente sobre a polícia e seu chefe, sofreram contestações indiretas por parte de outros jornalistas, como Ferreira de Araújo, destacando-se, entretanto, a réplica imediata dos padres articulistas de *O Apostolo*, 30/01/1895, capa.

Embora não tenham sido acusados formalmente de participação direta nas manifestações, os alunos haviam sido especialmente mencionados nas instruções dadas pelo Coronel Travassos. Por este motivo, em seu manifesto os alunos preocuparam-se também em afastar da corporação militar a que pertenciam a suspeita de que esta se envolvia em distúrbios e de que se voltava contra o governo legalmente investido.¹⁰⁴

Em razão do seu entendimento sobre a participação dos alunos militares nestas manifestações públicas, às quais se mostrava hostil, Ferreira de Araújo iniciou a construção de sua interpretação de que se estes jovens não eram tão “arruaceiros” como os ‘jacobinos’ deixavam-se ao menos manietar por estes indivíduos.¹⁰⁵

As manifestações de fim de janeiro, entretanto, ocorreram de modo espontâneo e casual, aparentemente a partir da proibição do apregoamento dos textos do periódico *O Nacional*. Sendo assim, a sua eclosão foi acidental e consequência da proibição da leitura dos artigos do jornal, não tendo sido planejada e programada antecipadamente e tampouco com a conclamação prévia através da imprensa típica de boa parte dos *meetings*.

Enfim, a interpretação do redator-chefe da *Gazeta de Noticias* de que os ‘jacobinos’ influenciavam perniciosamente os jovens contemporâneos, tanto por artifícios retóricos quanto em termos práticos através das agitações públicas, começou a ser construída a partir da atuação destes agentes nestas manifestações não premeditadas de janeiro de 1895. Além da designação de “arruaceiros” foi-lhes atribuída a qualificação de “incitadores mal intencionados” imbuídos de “nocivos interesses políticos e partidários”.¹⁰⁶

A extensão do indulto aos aspirantes foi a primeira resolução governamental que modificou a postura de ‘Tiradentes’ e jacobinos acerca do novo governo não apenas através de seus discursos jornalísticos, pois implicou também em manifestações nas ruas. A partir de então, a apropriação das ruas, praças e largos como espaços de exposição e propagação de idéias tornou-se mais constante até que estes agentes passaram a participar, e

¹⁰⁴ Os alunos não foram punidos pela redação e publicação do manifesto, embora tenham sido repreendidos em ordem do dia pelo comandante da Escola Militar.

¹⁰⁵ *Gazeta de Noticias*, 04/02/1895, Cousas Políticas, capa.

¹⁰⁶ Neste mesmo artigo Ferreira de Araújo afirma que estes indivíduos ardilosos na utilização de estratégias de convencimento capazes de “excitar os ânimos” até dos jovens militares conscientes de sua posição política na sociedade eram, no entanto, “espíritos menos equilibrados”. Descrições contraditórias como esta eram comuns nas exposições textuais do redator-chefe da *Gazeta de Noticias*. Em alguns artigos, por exemplo, os ‘jacobinos’ eram descritos como os mais “fanáticos” adeptos da política do Marechal Floriano Peixoto e simultaneamente como politicamente “desorientados”, ou como os insistentes perturbadores capazes de “incitar” e “estimular” mas ao mesmo tempo acometidos por uma suposta “cegueira política”.

em muitos casos como os oradores mais destacados, dos famosos *meetings* que voltaram a pontuar o cenário da Capital, principalmente a partir de maio face às invasões estrangeiras, por parte de franceses e ingleses respectivamente, ao Amapá e à Ilha de Trindade.

As sutis mudanças nas suas exposições argumentativas e a adoção de novas modalidades de ação relacionavam-se às interpretações que os ‘jacobinos’ construía para as medidas do novo governo relacionadas às forças armadas, pois lhes era conveniente a conservação das corporações a que pertenciam para que eles fossem preservados, mesmo com a mudança governamental, na posição de milicianos voluntários.

Estes atores históricos haviam emergido no cenário político da Capital como elementos defensores do governo da situação e do chefe do Executivo, Floriano Peixoto, tanto em suas lutas, como entendiam, com os inimigos exógenos, isto é, os revoltosos da Armada, como em seus conflitos com os elementos endógenos, ou seja, alguns membros das duas casas do Congresso e autoridades do Judiciário. Antes do advento da presidência civil, estes combatentes voluntários tencionavam permanecer como elementos ‘governistas’ ao acreditarem que o sucessor do Marechal Floriano, mesmo sendo um civil, prosseguiria com a tenaz política de perseguição e condenação aos revoltosos e de reconhecimento das atuações dos patriotas, inclusive através da manutenção indefinida dos batalhões patrióticos e, conseqüentemente, de seus proventos.

‘Tiradentes’ e jacobinos não haviam conjeturado que Prudente de Moraes pudesse concretizar uma política inversa, ou seja, a de temporização e conciliação com os ex-revoltosos para que a tensa situação política do país, mormente no sul onde os sublevados federalistas contavam com o apoio e participação de ex-rebelados da Armada, volvesse à estabilidade. Esta havia sido uma orientação política imprevisível em ambos prognósticos ‘jacobinos’ e, *ipso facto*, as medidas propensas a efetivá-la levaram-nos a diagnosticar claramente, como era verificada pelas resoluções referentes às forças militares e milícias cívicas, a mudança da direção administrativa efetuada pelo governo civil.

No entanto, a forma virulenta com a qual os ‘jacobinos’ revestiam os seus discursos, principalmente Deocleciano Martyr, ofuscava parcialmente a nitidez dos entendimentos relativamente coerentes que construía acerca das práticas políticas deste momento de inauguração da presidência civil na jovem República.

Na construção e explicitação deste parecer sobre a nova diretriz administrativa que se descortinava, os ‘Tiradentes’, assim como Martyr e seus acólitos, empenharam-se, já no final de novembro, em denunciar aos correligionários os novos procedimentos do novo governo que demonstravam a sua “política de reacção”.

Inicialmente, os ‘Tiradentes’ basearam na composição ministerial do novo governo o desmoronamento de suas ilusões.¹⁰⁷ Logo, porém, as deliberações que preteriam os seus correligionários e outros combatentes que haviam pelejado ao lado da esquadra legal foram tomadas como os referentes que os fizeram entender que Prudente não se constituía em um herdeiro político de Floriano.¹⁰⁸ Os ‘Tiradentes’ julgavam que com as “infantilidades de sua política de conciliação” o governo começava a ceder aos desejos de vingança dos despeitados, redundando na “má impressão causada pela febre reaccionaria que acometeu o executivo” que vitimava os patriotas e florianistas.¹⁰⁹

Além de destacarem a condição de recém-destituídos da República que passou a caracterizar muitos de seus co-partidários, os ‘Tiradentes’ anteviram as futuras arregimentações e conluios dos restauradores, por confiarem na impunidade decorrente da “política conciliadora” de Prudente de Moraes, caso os seus “atos criminosos fossem abortados”.

Ainda que os ‘Tiradentes’ tenham exagerado o presumido ‘clima conspiratório’ vigente já naquele momento, pois os monarquistas com mais elevado potencial de ativismo estavam em uma posição de expectativa acerca do governo civil similar à que estes voluntários patriotas encontravam-se ainda há pouco, a confirmação de seu parecer efetivou-se em menos de um ano. De outubro de 1895 até novembro de 1896 em São Paulo e de janeiro deste ano até março de 1897 no Rio de Janeiro, as atuações políticas e atividades propagandistas dos restauradores alcançaram um nível de organização e propagação até então inédito na curta história da República, como será visto na elucidação do segundo momento de oposição dos ‘jacobinos’ a Prudente de Moraes, a partir do segundo semestre do governo civil.

Por seu lado, Deocleciano Martyr, que já havia entrevisto no manifesto de posse de Prudente de Moraes o anúncio de sua orientação política conciliatória, apressou-se

¹⁰⁷ ‘Accentua-se a reacção’, *A Bomba*, 27/11/1894, n. 23, capa.

¹⁰⁸ ‘Degolação’, *ibid.*, 30/11/1894, n. 24, capa e 04/02/1894, n. 25, *Pela República*, capa.

¹⁰⁹ ‘Há crise’, *ibid.*, 14/12/1894, n. 28, capa e ‘Conspira-se’, 21/12/1894, n. 30, capa.

em contestar a afirmação presidencial de que o período revolucionário já estaria praticamente encerrado no país, além de advertir que o “liberalismo bacharelesco” haveria de redundar no famoso “joguete de corrilhos parlamentares” que beneficiaria mais aos interesses particulares e dos mais poderosos grupos políticos do que ao próprio país.¹¹⁰

De fato, ao contrário do que ocorreu com o seu ministério até meados de 1896, as divergências de pontos de vistas e de propósitos dos membros do Congresso pouco auxiliaram o novo governante na execução do plano político proposto. Especialmente os parlamentares que pertenciam ao partido da situação, o P.R.F., não se cansavam de atacar as diretivas governamentais inclusive através da imprensa. Quintino Bocayuva e Medeiros e Albuquerque assim procederam em relação à iniciativa do governo federal de negociar a paz com os federalistas, pois julgavam que os sublevados deveriam se submeter primeiro ao governo de Júlio de Castilhos. Extravasamentos de opiniões adversas dos congressistas do partido do governo às deliberações oficiais conferiam pouco grau de harmonização em torno das propostas oficiais ao *establishment* governamental da primeira presidência civil.

O redator-chefe de *O Jacobino* começou, então, a demarcar os seus discursos com uma contraposição antitética entre Floriano e Prudente, exposta diretamente ao novo presidente, através da qual investia contra a sua suposta *bacharelise* face à energia de seu antecessor que, apesar de não haver logrado completamente os seus intentos administrativos, esforçou-se por sobrepor as balizas da chefia executiva aos “parcialismos” dos congressistas. Martyr não atentava que Floriano era um militar; que contava com um *staff* praticamente composto de militares; que substituiu um outro militar que discricionariamente havia fechado o Congresso; que não havia sido eleito por um partido heterogêneo e discrepante desde a sua base; que venceu rapidamente os primeiros movimentos contestatórios à sua legalidade; que governou durante seis meses com uma revolta que convulsionou a própria Capital, entre outros fatores e circunstâncias que conferiam um poderio extraordinário à sua posição de chefe do Executivo fazendo com que mesmo as suas deliberações consideradas mais abusivas, como os sucessivos decretos de suspensão das garantias constitucionais, fossem aprovados sem substanciais discussões.

Em compensação, Martyr passou a salientar que o próprio estilo administrativo com o qual Prudente revestia o seu governo, condescendente e complacente, não o fazia um

¹¹⁰ ‘O novo governo’, *O Jacobino*, 21/11/1894, n. 19, capa.

presidente acatado e seguido. Decerto, tanto se empenhava Prudente em afastar de si a aura de executor de uma “política de força” que havia se tornado no emblema de seu antecessor, que quando efetuava gestos audaciosos, como a ameaça de renunciar à presidência caso não fosse aprovado o decreto de anistia ampla aos insurretos e ex-revoltosos, não era levado a sério, servindo como fonte de pilhérias aos seus opositores. Na prática, até novembro de 1897, Prudente de Moraes não conseguiu obter a aprovação de seus governados e tampouco se tornar um chefe do Executivo respeitado perante os demais ocupantes de cargos eletivos federais. Era bastante duvidosa a sua autoridade política aos olhos dos contemporâneos de diversos matizes.

Ao efetuar um balanço da primeira quinzena administrativa do governo recém instalado, Deocleciano Martyr, de modo similar aos ‘Tiradentes, também atentou que através de suas ações o novo governo já manifestava sinais de reacionarismo. Ainda que estivesse tomando como principal referência para a construção de seu juízo a dispersão de dois batalhões aquartelados da guarda nacional, agravada pelo recolhimento imediato de suas armas, Martyr vaticinou que em razão da impopularidade do novo governo, caso prosseguisse com os procedimentos de sua “politica antipathica ao Povo Brasileiro”, o primeiro governo civil resultaria em um insucesso para os fiéis republicanos.¹¹¹

Este governo não apenas alcançou má fama entre os republicanos históricos, como Martyr advertiu, como também entre os adesistas e os monarquistas. Mesmo os jornalistas, como José do Patrocínio, que haviam feito propaganda política a favor de Prudente de Moraes ao longo de seu primeiro ano de mandato, acabaram por fazer coro por vezes quase uníssonos aos oposicionistas. Um redator comedido como Ferreira de Araújo não escondeu o entusiasmo com a substituição interina de Prudente, oficialmente a 11 de novembro de 1896 por motivo de convalescença cirúrgica, pelo vice-presidente, Manuel Victorino Pereira.

Apesar de ser o terceiro na galeria presidencial da ainda recentemente instalada República, Prudente de Moraes, já no primeiro semestre de 1896, na Capital federal, alcançou uma impopularidade ímpar e o seu governo um nível de rejeição inédito, ao qual nem de longe tocara Floriano, que só não havia sido ainda mais acusado de “ditador” devido à censura sobre a imprensa. Com o desdobramento administrativo, diferentemente

¹¹¹ ‘Reflexões’, *O Jacobino*, 05/12/1895, n. 23, capa.

interpretado pelos atores históricos, agitaram-se os focos de oposição a Prudente de Moraes, transformando-se alguns militares e florianistas em “jacobinos” assim como outros tantos saudosistas monárquicos em “restauradores”, além de outros segmentos sociais, como operários, estudantes, acadêmicos e religiosos que se aglutinavam ou permaneciam independentes em relação a estes opositoristas polares.¹¹² Somente em seu último ano de mandato, o primeiro presidente civil conquistou a aceitação de grande de seus governados, em razão principalmente da comoção causada pelo atentado frustrado à sua vida, em novembro de 1897, do qual saíra mortalmente ferido o então ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt.

Quando os mandatários do novo governo iniciaram a tomada de atitudes que preteriam os ex-patriotas beneficiados pelo governo anterior, ‘Tiradentes’ e jacobinos se imbuíram da missão de denunciar aos seus correligionários que o governo recém instalado começava a invalidar o trabalho dos voluntários no combate aos revoltosos. Os articulistas dos dois periódicos ‘jacobinos’ empenharam-se logo em esclarecer aos seus partidários que havia sido iniciada a “anulação dos esforços de ontem” não apenas em virtude das condescendências do novo governo em relação aos ex-revoltosos e seus cúmplices recentemente libertados, como também pela destituição de companheiros patriotas de seus cargos obtidos em reconhecimento pelos seus méritos em defesa da causa legal.

As “derrubadas”, “degolações”, “preterições” e “perseguições” constituíam os males que começaram a acometer alguns ex-voluntários e florianistas em geral. Estes cidadãos haviam sido nomeados por Floriano ou por seus subordinados imediatos para a ocupação de cargos públicos em virtude unicamente do reconhecimento dos serviços

¹¹² Pelo exposto neste trabalho, verifica-se que nem todo florianista era ou se dizia um ‘jacobino’, inclusive em razão das conotações pejorativas atribuídas ao qualificativo ‘jacobino’ na época, embora todos os ‘jacobinos’ fossem ardentes florianistas. “Jacobinos”, “florianistas” e “castilhistas” eram designações de certo modo intercambiáveis entre os contemporâneos, embora a última fosse utilizada geralmente em relação aos florianistas sulinos e aos voluntários dos batalhões patrióticos que haviam combatido ou ainda assim permaneciam nos Estados do sul do país. Do outro lado do tabuleiro político, nem todos os monarquistas eram “restauradores”, pois os últimos eram aqueles que se envolviam em alguma forma de atuação política inclinada à reinstalação monárquica ou ao menos à atividade propagandista restauradora. Estes eram chamados pejorativamente pelos seus adversários políticos, entre os quais os jacobinos, de “sebastianistas”, apodo que recusavam, assim como a maioria também o fez com o de ‘restauradores’, utilizado neste trabalho apenas para diferenciar os monarquistas ativistas daqueles que eram também monarquistas mas não se esforçavam politicamente pelo regresso monárquico. A identificação dos ‘restauradores’ como adeptos de D. Sebastião, esperançosos do retorno do rei desaparecido em África na batalha de Alcácer-Quibir, era uma tentativa discursiva de seus adversários de demovê-los de suas atuações políticas dada a inexequibilidade de seu propósito.

prestados no combate à Revolta da Armada, sem que se verificasse se tinham a mínima habilidade para o exercício destes ofícios. Este pormenor, porém, não recebia atenção dos ‘jacobinos’, que atentavam exclusivamente à pressuposta traição do novo presidente.¹¹³

Os rebaixamentos de postos, as dispensas, as revisões de promoções, as substituições de compatriotas de postos de destaque por ex-simpatizantes da revolta da Armada, suspeitos de monarquismo, infensos ao florianismo, portugueses naturalizados, enfim, todas as formas de preterimento que afetavam os funcionários públicos que se destacaram no combate à revolta foram sinalizadas criticamente pelos ‘jacobinos’.¹¹⁴

Estas diligências do novo governo, inclusive de restituição dos funcionários anteriormente exonerados aos seus postos de trabalho, mormente os burocráticos, e de entrega de cargos políticos a indivíduos indiferentes ao florianismo, independentemente de serem ou não monarquistas ou de terem ou não simpatizado com a revolta da Armada, eram conduzidas por sua *orientação conciliatória*.

Em razão desta diretriz, com a qual se coadunava o programa de *pacificação* do sul do país, o novo governante permitiu a extensão do indulto aos aspirantes em janeiro e mais adiante propôs aos parlamentares a elaboração de um projeto de anistia aos indivíduos que tomaram parte na revolta da Armada e na revolução federalista. Prudente de Moraes buscava, assim procedendo, condescender tanto em relação aos indivíduos relegados a posições secundárias durante a gestão florianista como também com os insurgentes federalistas e ex-revoltosos da Armada.

Para os ‘jacobinos’, estavam sendo desmentidas as palavras do recém empossado, pois agora o presidente da República destituía do serviço público os indivíduos

¹¹³ O jornal de Martyr mostrou-se especialmente noticiador do “ímpeto demissionário” do novo governo, assim como das alegadas perseguições aos patriotas que haviam servido nos batalhões durante o combate à revolta da Armada. Cf. as edições de *O Jacobino* de 08/12/1893, n. 24, p. 3; 03/01/1895, n. 28, p. 4; e 12/10/1895, n. 41, capa. Em contraposição, um dos jornais que mais se mostrava crítico aos ‘jacobinos’ assim como era por estes atacado, *O Apostolo*, nesta mesma época esmerou-se em denunciar os “abusos da pseudo-legalidade”, como a acumulação de cargos públicos por parte de ex-voluntários. Em março de 1895 o jornal iniciou a ‘Secção dos perseguidos: um por dia’ que transcrevia, com comentários, as cartas de queixas enviadas pelas “victimas da legalidade”, especialmente ex-funcionários públicos que afirmavam terem sido aposentados ilegalmente. Pouco depois, alguns funcionários não readmitidos que alegavam terem sido aposentados a contra gosto e, em alguns casos, por contrariedade ao parecer das juntas médicas, entraram com pedido de readmissão ao serviço. O relatório do ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, a respeito deste pedido encontra-se transcrito na *Gazeta de Notícias*, ‘Aposentadorias illegaes’, 23/06/1895, capa.

¹¹⁴ Cf. em *O Nacional*, ‘A lei dos suspeitos’, 29/05/1895, n. 71, capa; ‘Ilha de Trindade’, 29/07/1895, n. 87, p. 3. Annibal Mascarenhas, ‘Lentes revoltosos’, 28/11/1895, n. 129 e em *O Jacobino*, ‘As classes conservadoras’, [?], n. 27, capa; ‘O que vae por aiii’, 19/01/1895, n. 29, capa.

que foram distinguidos para estes cargos em virtude de seus esforços cívicos. Um dia estes patriotas brandiram as armas na defesa da República; agora, como diziam, era o seu novo presidente que empunhava uma espada simbólica para decepar-lhes as posições adquiridas, pois estes cidadãos, já durante o limiar do novo governo, como nas palavras que encimam este capítulo, “sentem essa espada de Damocles suspensa sobre as suas cabeças”.¹¹⁵

Todavia, a espada mítica parecia-lhes especialmente afiada ao atingir sobretudo os militares, principalmente os oficiais do Exército. Além disso, sobre a própria instituição os ‘jacobinos’ percebiam medidas tendentes a enfraquecer a sua capacidade de ação.

‘Tiradentes’ e Martyr e seus sectários não haviam antevisto em seu momento de expectativa perante o novo governo que os esforços inclinados a cessar o ‘estado de guerra’, em razão dos gastos financeiros e da constante sensação de insegurança, fariam parte da agenda do primeiro governo civil da República. Tais esforços constituíram, não obstante, um dos objetivos do governo de Prudente que desde o início sinalizou para a descompressão deste ambiente ‘armamentista’, que trazia instabilidade político-social e elevados custos. Tencionando lograr este fim, inexoravelmente, o Exército e seus membros tiveram que ser atingidos pelo novo encaminhamento político e econômico.

Assim que se iniciou o governo civil, os integrantes da Câmara, antes do término da sessão legislativa vigente, resolveram, por decisão da maioria, apresentar novo projeto de fixação das forças de terra, reduzindo o seu número.¹¹⁶

Martyr e seus sequazes entenderam que, ao deprimir o contingente do Exército nacional, estes parlamentares abriam uma luta contra esta força militar, e denunciaram logo o nome dos vinte e um deputados que votaram contra o veto do Marechal Floriano no último dia de seu mandato a um projeto anterior de contenção do efetivo do Exército.¹¹⁷

Os ‘jacobinos’ não atribuíam a devida relevância às condições reais em que o presidente recém-vestido recebeu as forças armadas do país. O governo de Prudente de Moraes adquiriu como legado um Exército com muitos oficiais que percebiam soldo dobrado; oficiais de outros corpos que se encontravam adidos aos da Capital; navios

¹¹⁵ ‘Degolação’, *A Bomba*, 30/11/1894, n. 24, capa.

¹¹⁶ Os deputados basearam-se no inciso 47 do artigo 34 que dizia ser “atribuição privativa do Congresso fixar anualmente as forças de terra e mar”. *Apud Gazeta de Notícias*, 23/11/1894, capa.

¹¹⁷ Em *O Jacobino*: ‘O novo governo II’ e ‘Os inimigos do Exército’, 28/11/1894, n. 21, capa e p. 3; ‘O exército e os conspiradores pagos’, 01/12/1894, n. 22, capa e ‘Bacharelismo e militarismo’, 08/12/1894, n. 24, p. 2.

pertencentes a particulares que permaneciam guarnecidos e incorporados à Marinha de Guerra; numerosos pontos no litoral demasiadamente fortificados; ilhas e fortalezas que pertenciam à Armada ainda guarnecidas com sobejante quantidade de material bélico e ocupadas por militares da força de terra; morros e redutos da Capital fortificados pela força terrestre; praças e oficiais do Exército que estavam servindo na Armada assim como aspirantes e oficiais da Marinha de serviço em diversos batalhões da força de terra; batalhões da Guarda Nacional ainda em serviço ativo à disposição do ministro da Guerra; praças estacionados em prontidão na Estrada de Ferro Central e muitas outras características de um ‘estado de alerta’ *vis à vis* uma pressuposta iminente sedição.¹¹⁸

Desde o início de seu governo, como implicitamente constava em seu programa político, Prudente de Moraes tomou providências com a finalidade de derrocar esta situação ‘armamentista’. Era preciso ‘desarmar’ e ‘desmilitarizar’ o que estava posto em excesso e contra os itens supracitados os mandatários do novo chefe de Estado tomaram, logo no primeiro mês de governo, medidas para estabelecer a cotidianidade político-social. Os ‘jacobinos’ cedo se impuseram contra este direcionamento político.

‘Tiradentes’ e jacobinos não aceitavam as medidas governamentais que objetivavam lograr a *pacificação* do país, uma vez que o término dos conflitos no Sul tornaria desnecessária a atuação de muitos batalhões patrióticos, trazendo como conseqüência o seu imediato desarmamento e dissolução, como já havia acontecido com alguns corpos cujos membros haviam sido dispensados do serviço ativo.¹¹⁹

Estas deliberações governamentais inclinadas ao alcance do equilíbrio político, econômico e social desagradavam aos ‘jacobinos’ porque, ao efetuarem uma inversão administrativa em relação às diretivas do seu antecessor, iniciavam o desmoronamento da

¹¹⁸ Estas informações foram extraídas justamente das colunas da seção ‘Já começam’ de *O Jacobino*, que noticiava as decisões do novo governo propensas à reversão destas situações, de 24/11/1894, n. 20; 28/11/1894, n. 21 e 01/12/1894, n. 22, respectivamente nas p. 3, p. 2 e p. 3. Cf. as versões dos jacobinos sobre estas medidas inversamente às interpretações tecidas pelos redatores de *O Apostolo* sobre algumas resoluções do Almirante Elisiário Barbosa, ministro da Marinha, na matéria ‘Ainda!’, 11/01/1895, p. 2.

¹¹⁹ Olavo Bilac, que esteve detido por meses na Fortaleza de Lage durante o governo de Floriano Peixoto, em sua fina ironia, salientou a principal motivação das hostilidades à ‘pacificação’ por parte dos jacobinos. Após a consecução formal da ‘pacificação’, o poeta e jornalista advertiu que “para que se veja a vontade que há de perturbar a obra da pacificação do Rio Grande, basta ler os telegrammas castilhistas que de lá vem. Em todos esses telegrammas, há a afirmação, feita em júbilo, de que os federalistas não largaram ainda as armas, e não as largarão, enquanto Castilhos estiver no poder. A cada telegramma d’esses que chega, há gyrandolas festivas nos arraiaes jacobinos. *Oh! Os grandes patriotas, para quem mais uma desgraça da patria, é mais uma ventura na vida!*”. *A Cigarra*, 19/09/1895, capa, sem grifos no original.

situação ‘militarista’ e ‘beligerante’ que lhes permitira o surgimento na arena política da Capital e a possibilidade de uma tênue ascensão social e econômica.

Ainda que alguns dos cognominados ‘jacobinos’ já fossem conhecidos no ambiente da cidade do Rio de Janeiro em razão de atuações variadas – como a participação em associações abolicionistas, clubes republicanos e organização de jornais, como era o caso de Deocleciano Martyr –, grande parte destes era composta, até o momento em que se alistaram nos batalhões patrióticos, de indivíduos desconhecidos e parcamente remunerados em atividades que exigiam pouca qualificação. Para muitos destes ‘patriotas’, o estado de guerra civil em decorrência da deflagração da revolta, proporcionou-lhes uma fonte alternativa, e em alguns casos única, de percepção de rendimentos.

Assim sendo, as dispensas, graduais e paulatinas, de muitos batalhões patrióticos, com o seu imediato desarmamento, foram objetos de reprovação por parte dos ‘jacobinos’. Logo no primeiro mês do governo civil, dois filhos pródigos da idolatrada sementeira – o Batalhão Tiradentes – foram dissolvidos, o Silva Telles e o Frei Caneca, após o retorno da campanha contra os sublevados federalistas. Aditivamente, o governo licenciou o Batalhão Acadêmico e dispensou dos serviços o Batalhão Republicano Municipal. Até o segundo ano do novo mandato, outros batalhões, principalmente os de menor porte e que haviam sido criados após a eclosão da revolta da Armada, foram dissolvidos. Os ‘Tiradentes’ irritaram-se principalmente diante da dissolução do veterano e emblemático Batalhão Acadêmico, com o imediato recolhimento de seu armamento e arquivo ao arsenal de Guerra, como era a regra.¹²⁰

Não somente os ‘jacobinos’ mostraram-se atentos a esta nova realidade, como também os seus adversários na esfera jornalística e no plano das idéias políticas. Para estes, as turbulências causadas pelos ‘jacobinos’ no ambiente social da Capital deviam-se a uma tentativa de auferir derradeiras vantagens pecuniárias em razão do término do regime militarista e, como o qualificavam, ditatorial.¹²¹ Nestas pelejas intertextuais, os ‘jacobinos’

¹²⁰ Cf. ‘Factos da epocha’, *O Nacional*, 03/04/1895, n. 56, capa; ‘Batalhão Acadêmico’, *ibid.*, 06/02/1896, n.141, p. 2 e a seção Já começam de *O Jacobino*, de novembro e dezembro de 1894, p. 2 ou p. 3.

¹²¹ Ao tentar abrandar as impressões causadas por “notícias sensacionaes” que estariam alarmando a imprensa européia, Valentim Magalhães afirmou que as “desordens” que haviam ocorrido no final de janeiro de 1895, na Capital da República brasileira, haviam sido “provocadas pelos jacobinos”, pois que estes com a estratégia da “bernarda” pretendiam “metter medo ao governo e apanhar-lhe assim algum osso de consolação pela morte do seu querido regimen dictatorial e militarista”. O poeta qualificou a presumida estratégia política ‘jacobina’

definiam-se como os “patriotas desinteressados” e os “cidadãos despreziosos”, assim, redarguindo um tipo específico de acusações a eles dirigidas.

Em suma, o posicionamento oposicionista dos ‘jacobinos’ da Capital tornou-se transparente e manifesto a partir dos juízos que expressaram para as decisões que incidiam sobre as forças militares e especialmente sobre os corpos de combatentes voluntários. A partir destas últimas, julgaram a si e seus correligionários como os indivíduos verdadeiramente desfavorecidos pela ascensão do governo civil.

No caso dos ‘Tiradentes’, em particular, embora buscassem fazer das colunas de seu periódico um confessionário aberto aos militares republicanos para a manifestação de queixas e demandas em relação às corporações a que pertenciam, o exclusivismo sobressaía-se nas defesas que faziam das conveniências que favoreciam os seus congêneres. Diferentemente de Deocleciano Martyr, que não se encontrava mais incorporado a nenhum batalhão patriótico, ainda que falasse em nome destes milicianos voluntários e defendesse os seus interesses corporativos, a maioria dos redatores ‘Tiradentes’ era composta, neste momento, de integrantes do Batalhão Tiradentes. Alguns colaboradores do periódico pertenciam ou haviam pertencido a outros batalhões, fazendo também da necessidade de preservação dos batalhões patrióticos uma causa comum, assim como igualmente criticavam as destituições de funcionários públicos ex-voluntários.

Cortavam-se efetivamente vários fios que haviam caracterizado a tecedura da política anterior. Realizavam-se *démarches* que evidenciavam uma política conciliadora e temporizadora, embasada por propósitos estabilizadores, tendo em vista dissipar da gestão republicana, pela primeira vez encabeçada por um civil, os fantasmas da coerção, da arbitrariedade e da prática de intervenção federal nos Estados.

O que agravava o ressentimento dos jacobinos por este apeamento era o fato de que o governo recolocava os suspeitos de monarquismo e os indiferentes à política florianista nas posições nas quais ainda a pouco estavam os legalistas e florianistas. A alteração de beneficiários instaurada pelo primeiro presidente civil, além de indicar o restabelecimento de benesses a indivíduos que já haviam usufruído posições durante o

como “a chantage pelo terror, tão infame como qualquer outra”. Carta de Valentim Magalhães a Magalhães Lima transcrita do jornal ‘O Século’ de Lisboa, de 24/02/1895, na *Gazeta de Noticias* de 19/03/1895, capa.

governo monárquico, colocava em marcha, como os ‘jacobinos’ descreveram, a “reação do pergaminho contra a farda” ou a “investida dos bacharéis contra os militares”.¹²²

Desfaziam-se as esperanças e expectativas por eles anteriormente alimentadas porque desmoronava a imagem partilhada de um chefe de Estado que, a despeito de ser um civil e possuir predicados que o afastavam política e pessoalmente do Marechal Floriano, seguiria a orientação governamental delineada pelo presidente militar.

Todavia, este diagnóstico ainda foi acrescido por outras percepções dos jacobinos de que eles perdiam cada vez mais espaço nesta conjuntura de transição em que novas diretivas eram efetuadas com conseqüentes alterações político-sociais. No próximo capítulo, sobre o segundo momento de oposição dos jacobinos a Prudente, será mostrado como o medo da mudança, enraizado na defesa da manutenção do *status quo* e no temor de um restabelecimento monárquico, levou alguns destes militantes a saírem do terreno legal de oposição que resultou na dispersão e ocaso das atividades políticas jacobinas.

¹²² Cf. em *O Nacional*, ‘A lei dos suspeitos’, 29/05/1895, n. 71, capa; ‘Exército Nacional’, 05/06/1895, n. 73, p. 2; Hygino Rodrigues, ‘Ilha de Trindade’, 29/07/1895, n. 87, p. 3; Lindolpho Azevedo, ‘A maquia’, 07/08/1895, n. 89, capa; ‘Disciplina ou vingança’, 21/08/1895, n. 93, capa; Lindolpho Azevedo, ‘Só!’, 05/10/1895, n. 109, capa e em *O Jacobino*, ‘Desarmamento’, 01/12/1894, n. 22, capa e Já começam, p. 3; ‘Reflexões’, 05/12/1894, n. 23, capa; 21/12/1894, n. 26, p. 2.